



PARECER JURÍDICO Nº 066/2025 - I

Ementa: Análise jurídica do Projeto de Lei nº 066/2025 de iniciativa do Poder Executivo Municipal, estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2026, e dá outras disposições.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Guaíra PR, através de sua Presidente Mirele Paula Cetto Leite, solicita parecer jurídico sobre a viabilidade do Projeto de Lei nº 066/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, cuja ementa está assim descrita: *“estima a Receita e Fixa a Despesa para o Exercício Financeiro de 2026, e dá outras disposições.”*

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Executivo Municipal, cuja finalidade apresentar a Lei Orçamentária anual, LOA, para o exercício financeiro de 2026, o que o faz em 12 artigos e anexos, conforme determina a legislação constitucional primeira e complementar, conforme abaixo analisado.

De início, registre-se que se trata de projeto de lei, cujo conteúdo está afeto à competência do Município de Guaíra, tratando-se de matéria atinente ao interesse local, respeitando-se a previsão contida no artigo 30, inciso I, da Constituição da República e repetida no artigo 20, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

No tocante à iniciativa do projeto de lei em questão, verifica-se sua adequação, tendo em vista a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para este mister.

Com efeito, a teor do que prevê o art. 50, da Lei Orgânica Municipal "a iniciativa destas leis e suas posteriores alterações cabe **ao Prefeito** na forma do inciso V, do § 1º deste mesmo dispositivo ressalta a iniciativa privativa do Prefeito Municipal para as leis que disponham sobre o Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.

Ademais, como se sabe, a Administração Pública está inteiramente adstrita ao princípio da legalidade, *ex vi* do art. 37, caput da Constituição da República, cujo teor pede-se vênua para transcrever: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios** obedecerá aos princípios da **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

O Professor Hely Lopes Meirelles, ao comentar o sentido do princípio da legalidade para a administração pública, é absolutamente esclarecedor, ao dizer que: “Enquanto os particulares podem fazer tudo o que a lei não proíbe, a administração pública só pode fazer aquilo que ela autoriza”.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAIRÁ
ESTADO DO PARANÁ



No que tange aos demais aspectos formais do projeto de lei, há que se avaliar se obedecem às exigências contidas na Constituição da República e na Lei Complementar 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dispõe o art. 165, inciso III, da Constituição Federal que: “Leis de iniciativa do Poder Executivo Municipal estabelecerão os orçamentos anuais” sendo que o parágrafo quinto e seguintes deste artigo estabelecem que:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Estes dispositivos constitucionais, embora se refiram expressamente à administração pública federal, deve ser aplicado *mutatis mutandis* à administração municipal, por força do princípio da simetria, acolhido inúmeras vezes pelo Supremo Tribunal Federal.

Ademais, o art. 110 da Lei Orgânica Municipal repete a mesma disposição, agora se referindo expressamente à administração municipal. E prossegue a Carta Local atribuindo a competência legislativa da Câmara Municipal, nos comandos de seu Regimento Interno, com quórum de maioria simples para aprovação do PL.

O Projeto de Lei obedece aos comandos constitucionais e legais citados. Com efeito, destaca-se que a Lei 101/2000, que positiva e estabelece as regras gerais para as finanças públicas que se volta para a fiscalização da gestão e aplicação dos valores e utilização do orçamento público em seu artigo 5º estabelece como se procederá a LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, devendo ser observado o que nela contém



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



para que a lei seja aprovada por esta casa de leis a lei orçamentária anual, pelo que transcrevo na íntegra para melhor visualização.

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

...

Veja-se que a lei federal estabelece as regras para que seja proposta a lei orçamentária anual, descrito na lei acima descrita, devendo estar em consonância com a lógica e com os recursos apurados por esta municipalidade.

O exercício fiscalizatório do Poder Legislativo tem caráter de **PERMANÊNCIA ao longo de toda atuação orçamentária e da execução dos**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



programas estabelecidos nas políticas de governo. Assim a atuação nas Comissões, oportunidade do controle externo com auxílio do CONTROLE INTERNO, deverá, a dar legitimidade à feitura das leis orçamentárias, autorizando suas possíveis mudanças paralelamente ao acompanhamento das programações em face das metas e atingimento de eficiência na gestão pública.

Desta maneira colaciono a fundamentação da análise legítima, perante comissões ou não da atuação de CONTROLE EXTERNO:

Arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal, c/c Arts. 4º a 8º, Capítulo III, da LOTC (LCE nº 113/05)

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

CAPÍTULO III - Do Controle Interno

Art. 4º Para as finalidades e na forma prevista na Constituição Federal, na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, e na Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, bem como, para apoio ao controle externo, todos os jurisdicionados deverão, obrigatoriamente, instituir sistemas de controle interno com as seguintes finalidades:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução de programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos municípios;

II - verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como, da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos municípios;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Diante disto RECOMENDO a coleta de manifestação do CONTROLE INTERNO deste Poder LEGISLATIVO, para verificação nos anexos da conformação ante aos requisitos básicos necessários e a coesão entre as peças orçamentárias a este colegiado trazidas.

Assim concluo este parecer lançando aos nobres vereadores posicionamento final da matéria. Sob o ponto de vista técnico-jurídico, o presente projeto está forma e materialmente adequado à legislação.

Guairá PR, datado eletronicamente.

Israel Francisco dos Santos

Advogado Público do Legislativo Municipal
Matrícula 1036 OAB/PR 32.307